



LOCKE E A PAZ

Odair Camati (Probic/Fapergs), Paulo Cesar Nodari (Orientador(a))

A investigação sobre o filósofo inglês, John Locke (1632-1704), insere-se dentro do projeto de pesquisa, “Ética, direito e política. Kant e o projeto filosófico da paz. Chances e limites”. Locke é um dos representantes do contratualismo moderno clássico e dentro de seus escritos não aborda diretamente a questão da paz, mas fornece algumas contribuições importantes que nos possibilitam pensar o projeto da paz, especialmente, no que se refere à constituição da sociedade civil e da finalidade do governo. Para Locke, o homem, no estado natural, encontra-se em perfeita liberdade e igualdade, submetido apenas à lei da natureza. Contudo, mesmo em meio a essas condições, o homem tem inclinação para o amor próprio, incorrendo no risco de infringir os direitos e a propriedade de outrem, podendo provocar, assim, o estado de guerra. Para resolver esses inconvenientes, o homem consente à sociedade civil, na qual existe uma lei estabelecida e um juiz supremo que julga com equidade os possíveis danos e infrações. A função do governo, instituído pelo consentimento dos homens que formam a sociedade civil, é a de garantir o bem público e que a propriedade e os direitos do indivíduo estejam garantidos. A passagem do estado de natureza para a sociedade civil, com leis estabelecidas e com juiz supremo, é o que garante as condições para a paz. Porém as leis têm de ser elaboradas, levando em conta as necessidades de todos os membros da sociedade e o governo tem que cumprir fielmente sua função, garantindo o bem público. Locke é filósofo empirista. Logo, para ele, não existem ideias inatas. Desse modo, também não há poder inato. Assim sendo, ninguém naturalmente é superior. Por isso, o poder que o governo possui é delegado pelo povo e quando o governo deixar de cumprir sua função o povo tem o direito de resistir e retomar o poder, podendo estabelecer um novo governo, conforme lhes for mais conveniente. Locke também é contrário à ideia defendida por alguns de seus contemporâneos de que Deus haveria passado o poder sobre toda criação a Adão e sua descendência. Deus não concedeu poder supremo a Adão e tampouco tal poder é passado de geração em geração. Cada sociedade constituída é livre para escolher os detentores do poder de acordo com o que ela julgar melhor para o bem de todos. Em última análise o poder pertence ao povo que o delega a alguns indivíduos a fim de que tenham garantidos os seus direitos, suas propriedades e com isso a paz prevaleça.

Palavras-chave: paz, sociedade civil, consentimento.

Apoio: UCS, FAPERGS.